

1º DE MAIO

Ato mostra que País tem oposição

“Foi um dos melhores 1º de Maio dos últimos anos.” A frase resume o sentimento geral dos que participaram do ato pelo Dia dos Trabalhadores em São Bernardo do Campo (SP). Aproximadamente 50 mil pessoas, a maioria jovens, compareceram ao Paço Municipal para ouvir as lideranças do PT, da CUT, do MST, da Contag, dos movimentos sindicais e da juventude e assistir aos shows, que tiveram seu ponto alto nas apresentações do grupo de rap Racionais MC's e Chico César.

O presidente nacional do PT, José Dirceu, dirigiu-se ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao falar aos participantes do ato: “O Fernando Henrique, que vivia dizendo que neste país não havia oposição, que a juventude vivia calada, que o movimento sindical já não tinha força, teve que engolir a Marcha dos Sem-Terra, o protesto contra a venda da Vale no Rio, a manifestação dos metalúrgicos do ABC quando esteve na Ford e agora essa grande manifestação da classe trabalhadora e da juventude. Agora, nós vamos mudar o Brasil”.

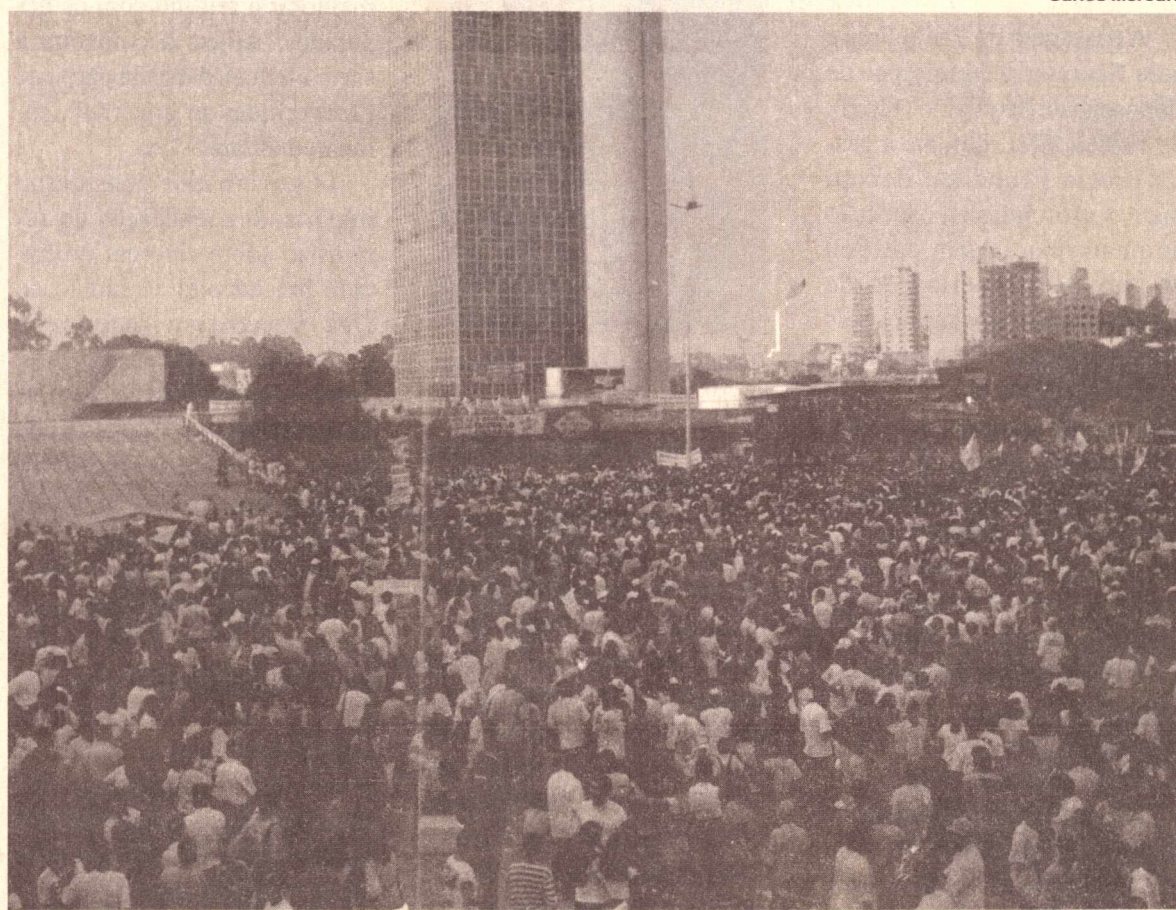
Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente nacional da CUT, lembrou o significado

do 1º de Maio e das lutas de Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro, Che Guevara, Margarida Alves, dos trabalhadores rurais de Eldorado do Carajás e Corumbiara e protestou contra o novo salário mínimo aprovado pelo Governo: “Que autoridade o presidente da República tem quando decide aumentar o salário mínimo em oito reais; que autoridade ele tem quando não cumpre a lei, que, segundo o Dieese, determina que o salário mínimo deveria ser de R\$ 850,00?”, questionou.

Solidariedade

Gilmar Mauro, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), afirmou que veio ao ato, para o qual compareceram diversos sem-terra do Pontal do Paranapanema e outras áreas, para dizer que não quer pegar carona, como foi usado pela imprensa, nem dizer que aqueles que acompanharam a Marcha a Brasília pegaram carona: “Não queremos ir atrás, nem na frente. Queremos caminhar de braços dados com os operários, com a juventude urbana, com os trabalhadores da periferia, com os trabalhadores de todo o Brasil”.

Lula encerrou o ato dirigin-



Manifestação no Dia do Trabalhador em São Bernardo do Campo teve presença maciça de jovens

do-se aos jovens ali presentes. Lembrando de quando tirou o diploma de torneiro mecânico e tinha a perspectiva de um bom emprego e bom salário, comentou que hoje a juventude já não tem essa esperança. “As empresas já não geram mais a mesma quantidade de empregos que antes, apesar de aumentarem a produção e a rentabilidade”,

explicou.

Referindo-se ao espírito de rebeldia próprio da idade, Lula conclamou os jovens à participação política, ressaltando que muitos dos que estavam lá são filhos, netos e sobrinhos dos trabalhadores que fizeram as greves nas décadas de 70 e 80 e carregam no sangue a combatividade dos pais, avós e tios.

“Muitos dizem que os jovens não gostam de política; só que são governados por quem gosta. Por isso, é que têm que fazer política”, disse.

Lula cumprimentou a CUT pela organização do evento: “Fazia muito tempo que a gente não via um 1º de Maio com a dimensão deste. Por isso, se Fernando Henrique Cardoso



Lula: “Empregos diminuíram”



Vicentinho desautoriza FHC

imaginava que o movimento sindical e a oposição tinham acabado, é preciso dizer a ele que nós estamos mais vivos do que nunca e não vamos deixar deter o nosso País, obstruir o sonho dessa juventude de conquistadora da cidadania”, finalizou.

DN discute governo do Espírito Santo

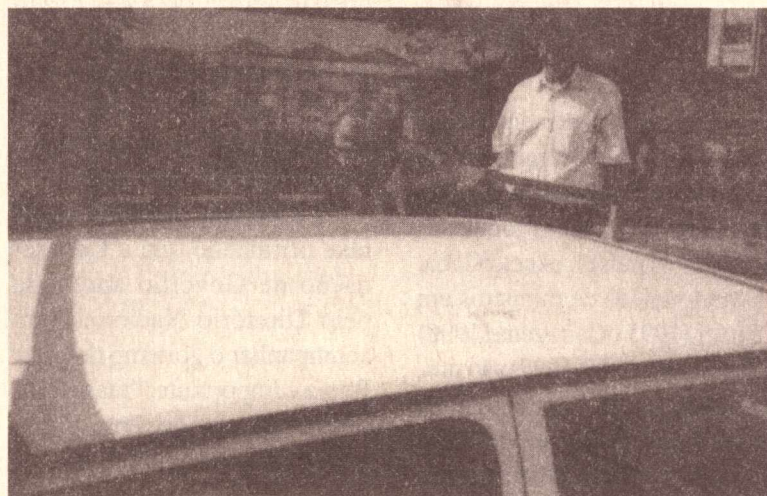
Na última reunião do Diretório Nacional do PT, nos dias 3 e 4 de maio, foi discutida a situação do governo do Espírito Santo. Antes da reunião, no dia 2 e na manhã do sábado, um seminário sobre reforma do Estado discutiu a crise financeira que governos municipais e estaduais vêm enfrentando, frente à política econômica do Governo Federal.

O seminário, acompanhado por vários prefeitos do PT, parlamentares e membros de administrações, apontou a democratização das administrações, com o envolvimento da população na discussão de governo, para o enfrentamento das dificuldades. “As administrações petistas devem ser governos

militantes”, resumiu a vice-governadora do Distrito Federal, Arlete Sampaio, uma das expositoras do seminário.

Na discussão sobre o governo do Espírito Santo, o DN aprovou resolução que orienta o governador Vítor Buain “a tomar medidas imediatas, de comum acordo com a bancada e a Executiva Regional e sob a assistência da Executiva Nacional, para reconstituir a relação do governo com os setores da sociedade que compõem a base do projeto democrático-popular”.

O governador, continua a resolução, deverá ainda demonstrar, através de medidas e manifestações públicas, a postura antineoliberal de sua administração, que precisará ser pauta-



José Dirceu distribui adesivos contra a venda da Vale

da pela democratização do Estado, a prioridade às classes populares e aos setores de pequenos e médios empreendedores.

Foi instituída uma Coordenação de Governo, com a participação das Executivas Nacional e Regional e da bancada estadual, com a qual o governador debaterá medidas de médio e longo alcance para reconstituir o perfil político do

governo, visando identificá-lo com o PT.

Mobilização

O Diretório Nacional aprovou também resolução sobre mobilização, considerando o sucesso da ofensiva que resultou na suspensão do leilão de privatização da Vale do Rio Doce na data prevista pelo Governo, 29 de abril. A resolução encaminhou uma série de atividades visando manter a mobilização contra a venda da empresa. Já no dia 6, data em que a Vale ia a leilão, o presidente nacional do PT, José Dirceu, o secretário agrário, Plínio de Arruda Sampaio, parlamentares e dirigentes da CUT promoveram distribuição de adesivos no centro financeiro da

capital paulista.

O documento aprovado ainda definiu a pauta de mobilizações imediatas para as instâncias partidárias. Foi decidido a articulação com a sociedade civil de uma plataforma comum e um calendário que culmine numa grande mobilização nacional, a ser realizada em 25 de julho (Dia do Trabalhador Rural e do Motorista) e o apoio ao Grito da Terra Brasil, iniciado este mês. Também foi deliberada a promoção de ações de oposição em outras frentes, como o emprego, a reforma administrativa, a prorrogação do FEF (Fundo de Estabilização Financeira), CPI dos Precatórios e a Caravana dos Movimentos Populares a Brasília.

HOMENAGEM - Pág. 2

O educador Paulo Freire nos deixou no último dia 2. Criador de um método inovador de aprendizagem, ele nos deixa uma lição para construirmos juntos a utopia.

ESPÍRITO SANTO - Pág. 2

O governador Vítor Buain e a deputada estadual Brice Bragato (PT-ES) comentam a resolução tirada pelo Diretório Nacional sobre a administração capixaba.

FINANÇAS - Pág. 3

Balço de 96 do PT entregue à Justiça Eleitoral revela o equilíbrio das finanças, permitindo ao Partido tranquilidade para atuar nos movimentos sociais.

HOMENAGEM

A semente deixada por Paulo Freire

“...do ponto de vista das classes dominantes, quanto menos as dominadas sonharem o sonho de que falo e da forma confiante como falo, quanto menos exercitarem a aprendizagem política de comprometer-se com uma utopia, quanto mais se tornarem abertas aos discursos ‘pragmáticos’, tanto melhor dormirão as classes dominantes.”

Paulo Freire, *Pedagogia da Esperança - um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993 - 2ª edição (p.92)

Paulo Freire não está mais aqui. Depois de inúmeras obras publicadas no Brasil e no Exterior, de contribuir para a alfabetização de milhares de adultos e com a formação de educadores no mundo todo, nosso companheiro/professor foi embora no último dia 2, deixando, para todos aqueles que sonham com uma sociedade mais bonita e justa, a lição de aprender lições na vida e, juntos, construirmos a utopia.

“Seu pensamento caminha para a construção de uma sociedade inclusiva, onde todos podem participar com igualdade e equidade”, afirma Sérgio Haddad, secretário-executivo da Ong Ação Educativa e professor da pós-graduação em História e Filosofia da Educação da PUC/SP.

Para o professor, a pedagogia de Paulo Freire é coerente com essa sua concepção de sociedade e, por isso, uns aspectos pedagógicos com políticos. “É a idéia de conhecimento vinculada à transformação a partir do diálogo e, quanto mais se aprende, mais se conhece e mais se compromete com o aprender”, explica Haddad.

A consequência dessa pedagogia participativa, conforme Sérgio Haddad, é o de inclusão. “As idéias de Paulo Freire caminham na contramão do que hoje nós verificamos na sociedade, onde apenas uma parcela

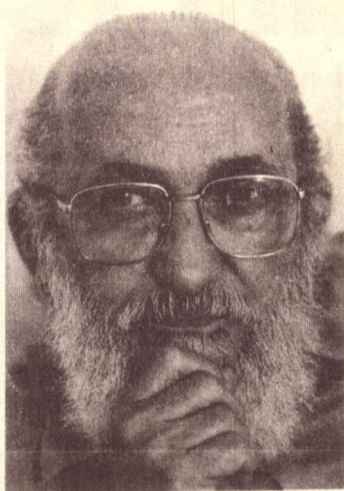
pode usufruir de seus bens”, finaliza o professor.

Marcas profundas

A passagem de Paulo Freire pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), de 1989 a 1991, durante a gestão Luiza Erundina, deixou marcas profundas na educação do município. Além das 960 classes de alfabetização de adultos criadas apenas nos seis primeiros meses de sua gestão, dos programas de formação continuada para professores, dos projetos integrados com outras secretarias, da parceria pioneira com universidades, dos investimentos maciços na conservação dos prédios e garantia de material pedagógico, a administração de Paulo Freire “ousou no diálogo”, ao propor o projeto da interdisciplinaridade na escola pública.

O processo ensino-aprendizagem foi totalmente inovado e a construção do saber se fez a partir do diálogo entre os envolvidos. “O professor tornou-se sujeito de seu trabalho e o aluno, sujeito de seu aprendizado”, sintetiza Nídia Pontuschka, professora de Prática de Ensino de Geografia da Faculdade de Educação da USP e assessora para a área de Geografia da SME entre 1989 e 1992, que vê nessa inovação da relação, uma das mais impor-

Jesus Carlos/Arquivo/DN



Educador ousou no diálogo

tantes contribuições da passagem de Paulo Freire pela SME.

Com o fim da administração petista, as relações retrocederam, as Delegacias de Ensino, substituídas por Paulo Freire pelos Núcleos de Ação Educativa (NAE), retornaram à sua função meramente burocrática, golpeando o trabalho nas escolas que dependia do apoio pedagógico garantido pelos NAEs. “Hoje não há interesse político para um trabalho que permite a professores e alunos desvelar a realidade”, avalia a professora, que também acredita na resistência de muitos professores em retornar à antiga forma pedagógica. “Num momento político de maior preocupação com a educação, essas experiências vão pipocar, porque as sementes ficaram”, finaliza a professora.

ANÁLISE

Fórum das Américas

Há duas abordagens principais para pensar as relações internacionais e os processos de integração regional. A primeira organiza a análise em torno da idéia do Estado-Nação como ator principal (a visão clássica) e vincula o processo ao jogo de concorrência comercial e a uma estratégia de barganha no cenário do poder mundial. A questão da hegemonia é central para entender o processo. Assim, a proposta de integração hemisférica - a Alca - responderia, exclusivamente, ao interesse norte-americano.

A segunda visão privilegia a observação dos impactos da globalização na estrutura de poder mundial (visão globalista e interdependentista) e sustenta que as mudanças globais afetaram a natureza do sistema político mundial, alterando o sentido tradicional da soberania territorial. Para este paradigma, a integração global e regional são parte de um mesmo processo.

Nos idos de 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, proclamava “A América para os americanos”, exprimindo uma vocação hegemônica, retomada em 1889 pelo secretário de Estado Blaine quando, na I Conferência Pan-americana, propôs uma União Adua-

neira das Américas. As “repúblicas” ao sul do Rio Bravo rejeitaram a proposta.

Um século depois, o governo norte-americano recoloca a proposta.

Nos anos 80, a vulnerabilidade dos estados latino-americanos foi aprofundada pela crise da dívida e acabou condicionando o processo de desenvolvimento de políticas nacionais autônomas.

Em 1979, durante a campanha eleitoral de Reagan, Henry Kissinger desenhava a estratégia: “Não faz sentido que o capitalismo estatal continue predominando ao sul do Rio Bravo. A privatização, o livre fluxo de capitais e a redução do poder estatal devem ser elementos de nosso programa. As relações México/EUA devem servir de modelo para as negociações com os outros latino-americanos”, completava.

O presidente mexicano Lopez Portillo resistiu. Lamadrid fez concessões e assinou o Tratado de Livre Comércio de 1988 e, finalmente, Salinas de Gortari aprofundou o processo, assinando o Tratado do Nafta, em 1992. A Iniciativa das Américas, proclamada por Bush em 1990, ficou no esquecimento. Até 1994, quando estourou a crise mexica-

na e Clinton, apavorado com os possíveis desdobramentos, se apressou a convocar a Cúpula das Américas (Miami) convidando todos os países, exceto Cuba.

As reuniões de ministros em Denver (1995), Cartagena (1996) e Belo Horizonte (1997) são preparatórias da II Cúpula, que se reunirá em março de 1998 em Santiago de Chile, para a constituição da Área de Livre Comércio das Américas” (Alca).

Este é o primeiro processo de integração regional Norte/Sul, marcado por fortes assimetrias. O objetivo da Alca 2005 está determinado pelo interesse norte-americano de forçar a abertura do mercado brasileiro de serviços e compras governamentais, assim como o rebaixamento de tarifas e a negociação de acordos relativos aos fluxos de investimentos.

Em 15 de maio, em Belo Horizonte, durante a III Reunião de Ministros dos 34 países que decidiram o destino da Alca, estará reunido o Fórum Paralelo Nossa América, para discutir propostas que respondam aos interesses dos povos da América Latina, exigir a inclusão de Cuba e lutar pela democratização do processo.

Ana Stuart, assessora da Secretaria de Relações Internacionais do PT

ESPÍRITO SANTO

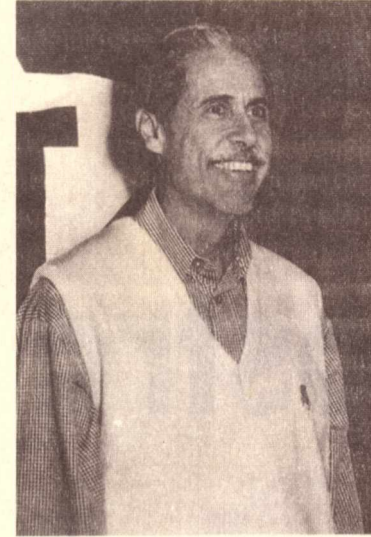
Governador quer alternativas

O governador do Espírito Santo, Vítor Buaiç, espera que a Coordenação de Governo para acompanhamento de sua administração, instituída na última reunião do Diretório Nacional do PT, se torne um fórum que possa detalhar os pontos levantados pela bancada do Partido na Assembléia Legislativa e que melhore as relações com os parlamentares. “A bancada estava sem interlocutor junto ao governo e, com a criação dessa coordenação, acredito que vá melhorar a relação com os deputados. Aliás, já começou a surtir efeito: a bancada parou de fazer críticas ao governo”, comentou Buaiç.

O governador considerou importante a realização do seminário sobre reforma do Estado precedendo a reunião do DN. “Foi uma novidade que eu gostaria que o PT mantivesse, promovendo debates como esse de forma regionalizada. Ajuda no amadurecimento político”, avaliou. Buaiç lamenta, contudo, que a discussão sobre a crise fiscal enfrentada pelos Estados e municípios não tenha sensibilizado os críticos ao seu governo. “A reunião posterior ao seminário foi muito politizada, em função das disputas entre as correntes do Partido. Os críticos às medidas que venho tomando não queriam saber o que eu tenho feito. Foi uma reunião truncada”, afirmou.

Buaiç criticou especificamente a postura dos prefeitos

Arquivo/DN



Buaiç: “Críticas infundadas”

presentes à reunião. “Os prefeitos de Belém (Edmilson Rodrigues) e de Porto Alegre (Raul Pont) fizeram discursos como se governar um Estado fosse tão fácil como uma prefeitura. Eu também fui prefeito de uma capital e sei das diferenças. Só esperava que a discussão fosse mais construtiva. Foram feitas diversas críticas infundadas e não foram apresentadas alternativas para enfrentar os problemas econômicos.”

Segundo Buaiç, um exemplo da falta de consistência das críticas é com relação ao Fundap (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias). “A bancada fala sem conhecimento de causa. O Fundap, criado há 26 anos, não serve para beneficiar empresários. É um modelo que já está servindo de referência a outros Estados. Além disso, com os leilões que estamos fazendo dos con-

tratos, já conseguimos levantar R\$ 13 milhões para o nosso caixa, sem contar com os empréstimos sem juros que retiramos do Fundo”.

O governador não aceita a pecha de neoliberal que lhe é inculcada. “Não podemos ficar com empresas falidas, deficitárias. Nesse sentido, ao nos desfazermos delas, estamos adotando medidas que coincidem com a política do Governo Federal. Mas, quanto à Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, eu nunca me posicionei favorável à sua privatização. Aliás, fui um dos primeiros a integrar o movimento nacional contra sua venda, tendo ido a Itabira e Belém. Nessa hora, o Partido faltou. Limitou-se a atos públicos, que não politizam, não informam a população. O Partido tem que fazer um mínimo de esforço para que as coisas aconteçam”, rebate.

Ainda na defesa de sua postura anti-neoliberal, o governador lembra que tem tido uma relação bastante diferente da de outros governadores com relação ao Movimento Sem Terra. “O nosso governo tem sido interlocutor entre o Incri e o MST e não reprimimos ocupações de terra no Estado”, argumentou. Buaiç ressalta ainda o encontro com partidos de esquerda que promoveu no mês passado. “Discutimos reforma do Estado, globalização e cidadania. Logo, somos um governo de esquerda”, enfatizou.

Deputada duvida de mudanças

Diante da resolução do Diretório Nacional/PT acerca do governo do Espírito Santo, a deputada petista daquele estado, Brice Bragato (ES), afirma que “mesmo tendo defendido a expulsão do governador do Partido, o DN tomou uma decisão importante para o PT, pois reconhece que este governo não tem a cara do *Modo Petista de Governar* e cobra profundas mudanças nos rumos do governo. Neste aspecto, a resolução reafirma o que temos cobrado nesses dois anos”.

A deputada capixaba continua, afirmando que a Coordenação de Governo aprovada pelo Diretório Nacional para acompanhar o governo de Vítor Buaiç é importante, “mas só faz sentido se este governo tomar a decisão de que é ela (a

Coordenação de Governo) que vai ser ouvida, para governar. Ela não pode ser um fórum de disputa com o atual núcleo de governo, constituído pelos secretários Rogério Medeiros, Antônio Carlos Medeiros e Robson Neves, além do próprio governador”.

“Para que as políticas gestadas pela Coordenação possam prevalecer na administração, o governador precisa mudar o núcleo de governo. Nele devem estar pessoas que se proponham ou tenham afinidade política com o gestado pela Coordenação, não o atual núcleo, mentor do que está aí”, enfatiza Brice Bragato.

Acerca da possibilidade deste processo proposto pela Direção Nacional vir a dar certo, isto é, resultar em mudan-

ças substanciais nos rumos do governo do Espírito Santo, a deputada coloca suas dúvidas, pois “já se passou mais da metade do governo e toda política representa alianças e compromissos, e mudanças significam perdas de poder e de influência”. E afirma: “Em grande medida, o governo já é refém dos setores com quem se aliou”.

“Temos toda a disposição de investir no sentido de um governo com cara de PT. Chamados, apresentaremos propostas para a revisão da política de governo. Se houver implementação concreta das mudanças de rumo, continuaremos investindo, mas não seremos ludibriados. Não perderemos tempo com a permanência do que temos hoje!”, enfatiza a deputada Brice Bragato.

CARTAS

Agradecimentos

Pela presente, estou agradecendo a solidariedade do nosso Partido durante o período em que fui forçado a me defender em decorrência da ilegal prisão preventiva decretada pelo juiz de Pirapozinho. Muito obrigado. Foram 48 dias de sufoco, mas sempre confiante nas lutas do povo e na presença do PT.

Por outro lado, quero também registrar o meu agradecimento ao Governo do Espírito Santo e aos deputados do PT. No momento em que fui me apresentar ao juiz do Tribunal do Júri de Pedro Canário, para a revogação da outra preventiva, recebi deles enorme solidariedade e segurança. Ao companheiro Perly Cipriano, secretário de Justiça e da Cidadania, a quem meus advogados me apresentaram. Ao governador Vítor Buaiç, que

monitorou pessoalmente a nossa trajetória no Estado.

Aos deputados João Carlos Cósier, Baioco, Brice Bragato e João Fassarella, que me acompanharam em todos os momentos daquele dia; o senador Eduardo Suplicy e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh nem se diga, já agradeço pessoalmente.

A todos, o meu muito obrigado. José Rainha Júnior, Teodoro Sampaio (SP)

Expediente

ptnotícias é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. **Presidente Nacional do PT:** José Dirceu / **Secretaria Nacional de Comunicação:** Vera Gomes / **Jornalista responsável/Edição:** Carlos Mercuri (Mtb 19.645) / **Redação:** Carlos Mercuri, Antônio Cerveira de Moura, Mariângela Graciano, Myrian Luiz Alves / **Administração:** Ricardo Bimbo, Lia Gonçalves **Editoração eletrônica:** Sandra Luiz Alves / **Sede:** Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, telefone (011) 224-1900 (PABX), fax (011) 222-9665 **Tragem:** 11 mil / **Impressão:** Bangraf

INTERNACIONAL

FINANÇAS & PLANEJAMENTO

Lula abre congresso na República Dominicana



Ana Stuart

Lula fala sobre reforma do Estado a Comissão Presidencial

Entre os dias 22 e 25 de abril, Luiz Inácio Lula da Silva esteve na República Dominicana, no Caribe, a convite da ORIT-CIOSL (Organização Regional Inter-americana de Trabalhadores), que realizava seu XIV Congresso Continental. Acompanhado da assessora da Secretaria de Relações Internacionais do PT, Ana Stuart, Lula reuniu-se com partidos integrantes do Foro de São Paulo e foi recebido pelo presidente da República, Leonel Fernandes.

O primeiro compromisso de Lula, na capital, São Domingos, foi um almoço com parlamentares e dirigentes de partidos de oposição ao governo de Fernandes, no qual houve troca de informações sobre as tarefas da oposição aos governos neoliberais, conjuntura latino-americana e a organização do Foro de São Paulo.

No mesmo dia, à tarde, Lula e um comitê de representantes da ORIT-CIOSL (entre os quais o presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva) foram recebidos pelo presidente dominicano, que expôs seus planos de governo na área social.

Lula participou, em seguida, da abertura da XIV Congresso Continental da ORIT-

CIOSL, tendo, no dia seguinte, proferido palestra que deu início aos trabalhos do Congresso. Ele abordou os desafios das organizações dos trabalhadores frente à globalização da economia. Segundo Ana Stuart, a palestra de Lula teve grande repercussão entre os representantes de sindicatos de todos os países da América Latina presentes.

No último dia de sua visita à República Dominicana, o coordenador do Instituto Cidadania participou de reunião da Comissão Presidencial de Reforma de Estado, ligada ao gabinete de Leonel Fernandes. A comissão é constituída por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da sociedade civil. Lula falou sobre as experiências acumuladas pelo PT, em suas administrações, sobre o papel do Estado na atenção às demandas sociais, como o orçamento participativo, inversão de prioridades, entre outros, e a visão do Partido sobre a Reforma do Estado. Em seguida, Lula encontrou-se com dirigentes de partidos dominicanos (de situação e oposição) participantes do Foro de São Paulo.

Secretaria de Relações Internacionais: (011) 224-1915

INSTITUCIONAIS

Prefeitos entregam a FHC moção de repúdio ao FEF

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP), reunida na última quinta-feira, 8, em Brasília, aprovou, por unanimidade, moção de repúdio à emenda constitucional que propõe a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 1999. O Fundo substituiu o Fundo Social de Emergência e deveria ser encerrado em 30 de julho. A moção foi entregue ao presidente Fernando Henrique em audiência por uma comissão de prefeitos da qual faz parte o petista Edmilson Rodrigues, de Belém (PA).

De acordo com estudo realizado pelo deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR), em função do FEF, no ano passado estados e municípios perderam R\$ 1,7 bilhão do que teriam direito a receber por outros fundos constitucionais. O estudo mostra ainda que o prejuízo atinge todos os municípios, independentemente de tamanho ou arrecadação tributária.

A inclusão do FEF na pauta de reunião da Frente foi articulada em um jantar, ocorrido na quarta-feira, na residência oficial do governador Cristovam Buarque, que reuniu o presidente da FNP, prefeito de Belo Horizonte, Célso de Castro (PSB), parlamentares e prefeitos do PT, além de José Dirceu,

e dos secretários nacionais de Assuntos Institucionais, Vicente Trevas e Sindical, Delúbio Soares.

Além de decidir pelo início de uma ampla mobilização suprapartidária de prefeitos contra a prorrogação do FEF, a Frente debateu a quebra do pacto federativo, que vem sendo promovida pelo governo federal com a centralização das verbas, simultaneamente à transferência de atribuições da União para os municípios, como vem acontecendo com a Saúde e, mais recentemente, com a Educação.

Comissão

O Bloco de Oposição na Câmara dos Deputados já indicou seus parlamentares para compor a Comissão Especial que vai analisar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 449/95) de prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) por mais dois anos. Pelo PT, vão participar, como titulares, os deputados Humberto Costa (PE), Paulo Bernardo (PR), Telma de Souza (SP) e, como suplentes, João Cóser (ES), José Pimentel (CE) e Miguel Rosseto (RS).

Snai: (011) 223-3944

PT presta contas de 1996

O PT entregou, no mês passado, a sua prestação de contas à Justiça Eleitoral. O destaque do balanço, segundo a secretária Clara Ant, é que o Partido equilibrou suas contas, permitindo maior atuação junto aos movimentos sociais e na campanha eleitoral do ano passado. Nesta entrevista, Clara explicita a importância do controle rigoroso das finanças do Partido (em todas as suas instâncias).

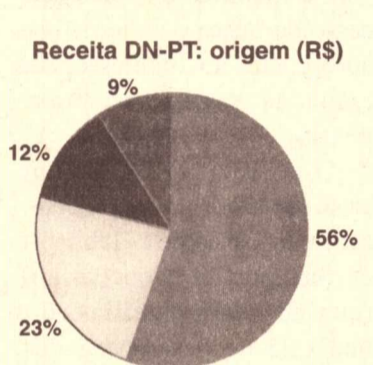


Arquivo DN

Clara: "Dívidas quitadas"

pt notícias: - Neste momento de entrega da prestação de contas para a Justiça Eleitoral, você pode dizer o que mudou nas finanças do PT em 1996?

Clara: O essencial é que com mais recursos, pudemos ampliar a capacidade de intervenção do partido e de suas atividades no movimento social.



pt notícias: - Como isso pode ser visto?

Clara: A presença da Direção Nacional na vida partidária e nas mobilizações foi muito grande. As secretarias puderam planejar melhor o trabalho, as reuniões e encontros, intensificando a ação e a presença do PT junto aos movimentos sociais. Diversas campanhas com publicações e outros materiais puderam ser desenvolvidas.

pt notícias: - E nas campanhas eleitorais, também é possível visualizar esse apoio?

Clara: De cada cinco reais que o DN do PT arrecadou em

1996, um foi gasto diretamente no apoio às eleições municipais, ou seja, pouco mais de R\$ 1 milhão. Sem contar que toda a estrutura do Partido ficou à disposição do processo eleitoral.

pt notícias: - O que é apoio direto às eleições?

Clara: Dinheiro. Presença de lideranças nacionais. Assessoria jurídica, contábil e de pesquisa. Cartilhas, vinhetas e programas para rádio e TV. Bandeiras, estrelinhas e outros materiais de interesse nacional como, por exemplo, a campanha "Faça a coisa certa" coordenada pela Secretaria de Combate ao Racismo.

pt notícias: - E o apoio indireto?

Clara: A Conferência Nacional Eleitoral realizada em fevereiro de 96; os seminários regionais de planejamento, o trabalho e as instalações do GTE nacional, entre outros.

pt notícias: - Que outros gastos você acha importante destacar?

Clara: A dívida da campanha de 1994 está quase paga. Até vai quase mais R\$ 1 milhão. Mas não se trata apenas de dinheiro. Trata-se de todo um esforço para recuperar crédito e valorizar a imagem do PT.

pt notícias: - Boa parte dos recursos foi gasta nas dívidas das campanhas de 94 e 96?

Clara: Isso mesmo. O que nos obriga a fazer uma profunda reflexão no PT sobre o financiamento e os limites de

gastos das campanhas eleitorais. Na minha opinião, nós não podemos aceitar o patamar de gastos que vem sendo imposto pelo padrão das campanhas da maioria dos partidos. Penso que a legislação eleitoral deve, de um lado, garantir um maior financiamento público para as eleições e de outro, estabelecer limites rígidos para os gastos. É claro que isso deve ser acompanhado de uma fiscalização rigorosa.

pt notícias: - O DN teve muitas outras dívidas para pagar?

Clara: Sim, do ano de 1995 e do jornal Brasil Agora. Além disso, pesou muito a regularização fiscal e trabalhista do PT. Espero que nunca mais o Partido se permita tamanha negligência. Neste caso, além do custo em dinheiro, há um custo moral que o PT não pode arcar sob qualquer motivo. Felizmente hoje estamos tranquilos.

pt notícias: - De onde vêm os recursos do Diretório Nacional do PT?

Clara: Das contribuições de filiados e simpatizantes e do Fundo Partidário (ver gráfico).

pt notícias: - Os filiados contribuem diretamente com o Diretório Nacional?

Clara: Diretamente só contribuem os senadores, os deputados federais e seus respectivos assessores.

pt notícias: - Essa contribuição dos parlamentares federais ainda é importante?

Clara: Muito. Ela representou no ano de 96 quase o mes-

or de recursos, porque ainda não sabemos como estruturar bem essa arrecadação. Estou certa também de que precisamos aprimorar os mecanismos de prestação de contas e de divulgação das informações.

pt notícias: - É por isso que a Secretaria Nacional de Finanças & Planejamento do PT dá tanta importância para a prestação de contas dos diretórios?

Clara: A prestação de contas não é uma formalidade. Nós lidamos com recursos de filiados, simpatizantes e recursos públicos.

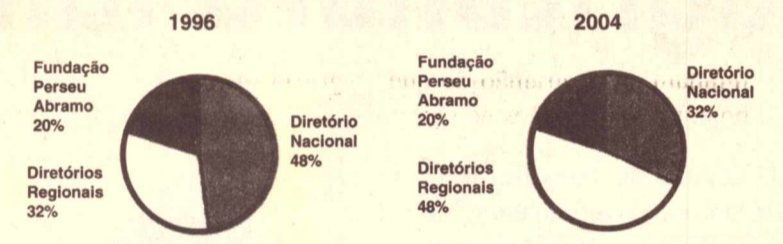
pt notícias: - Quanto é e como é distribuído o Fundo Partidário no interior do PT?

Clara: Este ano, o cálculo foi feito com base em R\$ 0,41 por eleitor. O PT recebe pouco mais de 12%. Somando as multas, o PT deverá receber cerca de R\$ 5 milhões. Além das obrigações legais, ou seja, a destinação mínima de 20% para a Fundação Perseu Abramo, a distribuição interna no PT é estabelecida pelo estatuto. O mais importante é que a cada ano a direção nacional vai renunciando a uma parte em favor do aumento dos recursos destinados aos estados (ver gráficos abaixo).

pt notícias: - Comparando as partes da origem da receita, você não acha que há uma excessiva dependência do Fundo Partidário?

Clara: Sim. Acredito que a principal meta do Partido na área de finanças, no próximo período, deve ser a ampliação

"A CADA ANO OS ESTADOS RECEBEM MAIS"
A partir de 1997, os Diretórios Estaduais estarão recebendo 2% a mais na distribuição do Fundo Partidário por ano e, quando chegarmos em 2004, a maior fatia do FP ficará com os Estados



mo montante que gastamos no apoio às eleições municipais, ou seja, perto de R\$ 1 milhão.

pt notícias: - E os demais filiados, como contribuem com o Diretório Nacional?

Clara: Indiretamente. Cada filiado deve estatutariamente contribuir com 1% de seu salário líquido declarado. Uma porcentagem dessa contribuição é remetida ao DN pela instância que a recebe (12% dos Diretórios Municipais e 15% dos Diretórios Estaduais).

pt notícias: - E os simpatizantes, como fazem chegar sua colaboração ao DN?

Clara: Através de contribuições eventuais ou regulares feitas de formas diversas de acordo com as campanhas que a gente consegue organizar.

pt notícias: - Qual foi a principal campanha de 1996?

Clara: Em 1996 a arrecadação mais importante foi a do Projeto Diálogo. Não só pela arrecadação mas principalmente pelo contato que foi estabelecido com milhares de filiados e simpatizantes através da pesquisa.

pt notícias: - Quanto foi arrecadado nessas campanhas?

Clara: No total, somando as contribuições das campanhas, do Disco PT-Brasil e de dois jantares (Belo Horizonte e Brasília), arrecadamos R\$ 138.181,61. Isso sem falar da ajuda que muita gente deu diretamente aos candidatos do PT. São milhares de pessoas em todo o Brasil ajudando o PT. Tenho certeza absoluta que não arrecadamos um volume mai-

e diversificação da receita. Com certeza não podemos depender tanto de uma única fonte.

pt notícias: - Qual o recado para os tesoureiros que serão eleitos (ou reeleitos) no próximos encontros municipais?

Clara: Tratar das finanças acima de tudo como questão cultural. Praticar na tesouraria do PT o rigor que exigimos de

Ratelo Fundo Partidário entre os Diretórios Estaduais do PT Total 1996

UF	TOTAL GERAL (R\$) POR DR	EM %
AC	20.434,47	1%
AL	22.457,95	1%
AM	21.446,22	1%
AP	14.026,82	1%
BA	92.267,34	5%
CE	94.965,29	5%
DF	42.692,53	2%
ES	77.091,38	4%
GO	75.067,92	4%
MA	45.053,24	2%
MG	218.396,46	11%
MS	44.715,99	2%
MT	32.237,98	2%
PA	44.378,75	2%
PB	56.519,52	3%
PE	68.323,05	3%
PI	56.519,52	3%
PR	72.707,21	4%
RJ	73.044,46	4%
RN	23.132,40	1%
RO	34.598,69	2%
RR	12.340,61	1%
RS	153.308,44	8%
SC	62.589,91	3%
SE	30.889,01	2%
SP	454.466,99	23%
TO	22.457,91	1%
TOTAL	1.966.130,04	100%

administradores públicos. Evitar a qualquer custo que as finanças sejam objeto de luta interna.

pt notícias: - Qual o recado que você dá para filiados e simpatizantes do PT?

Clara: Obrigada por tudo que já fizeram e ainda vão fazer pelo PT.

CONFIRMA O BALANÇO FINANCEIRO DO DN PT entregue ao T.S.E. em 30/4/97

PARTIDO DOS TRABALHADORES - DIRETÓRIO NACIONAL
MODELO 02 - BALANÇO FINANCEIRO - 1996

Receitas		
receita do fundo partidário	5.925.965,50	
receitas de contribuições estatutárias	1.829.297,69	
doações		
de pessoas físicas	127.971,61	
de pessoas jurídicas	10.210,00	
transferências financeiras recebidas	5.129,09	
receitas financeiras	186.436,38	
outras receitas	135.835,80	
total da receita	8.220.846,07	
ajuste de resultado de exercícios anteriores	78.761,88	
Saldo do exercício anterior		
caixa	17.629,07	
bancos conta movimento		
banco do brasil s/a c/c 412119-8	167,20	
banco do brasil s/a c/c 4543-8	20,64	
banco do brasil s/a c/c 2617-4	1.267,52	
banco do brasil s/a c/c 13.000-1	0,57	
banco do brasil s/a c/c 131313-4	4,99	
banco do brasil s/a c/c 1313-7	4,09	
aplicações financeiras		
banco do brasil s/a	256.952,15	
totais	8.575.654,18	
Despesas		
administrativas	2.548.332,99	
outras despesas operacionais	4.488.835,29	
total das despesas	7.037.168,28	
Aquisições do ativo imobilizado	138.872,00	
Créditos a receber	99.466,79	
Obrigações a pagar - saldos anteriores	776.210,49	
Saldo para o exercício seguinte		
caixa	6.986,44	
bancos Conta Movimento:		
banco do brasil s/a c/c 412119-8	412,13	
banco do brasil s/a c/c 4543-8	28,77	
banco do brasil s/a c/c 2617-4	15,78	
banco do brasil s/a c/c 13.000-1	-15.300,26	
banco do brasil s/a c/c 1313-7	225,65	
banco do brasil s/a c/c 232323-0	1,42	
banco do brasil s/a c/c 140808-9	108,00	
caixa econômica federal s/a c/c 00016053-6	25,50	
aplicações financeiras		
banco do brasil s/a	530.471,21	
caixa econômica federal s/a	961,98	
totais	8.575.654,18	
JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA presidente	CLARA LEVIN ANT tesoureira	GEUZA FERREIRA SELIN contadora crc 1sp084946/0-0

Movimentos vão em caravana a Brasília

Nos dias 9 e 10 de junho, a Central de Movimentos Populares (CMP) estará realizando Caravana a Brasília, que culminará com grande ato contra o projeto neoliberal do Governo Federal. A CMP pretende que mais de oito mil pessoas, de todo o Brasil, se integrem à caravana. A manifestação terá como motes a resistência ao projeto neoliberal, por reforma agrária, reforma urbana, saúde, educação, cidadania, direitos humanos, vida sem discriminação e libertação dos presos políticos.

A Direção Nacional do PT, por meio da Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP), está empenhada em colaborar na organização da caravana, por entender, segundo o presidente José Dirceu e a secretária Sônia Hypolito, que ela "ajudará a sustentar o clima de mobilização popular contra as políticas neoliberais em vigor e se somará ao quadro de resistência desenhado a partir das mobilizações por emprego dos metalúrgicos do ABC, à Marcha pela Reforma Agrária e às mobilizações contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce".

Para fortalecer a presença do PT em mais esta jornada de lutas, a Direção Nacional cha-



Arquivo/DN
Como na Caravana de 1995, o PT se mobiliza para o evento

ma todas as suas instâncias políticas e sua militância a se organizarem para participar da caravana.

Importância

Segundo a secretária Sônia Hypolito, a Central de Movimentos Populares foi concebida, construída e fundada por uma expressiva maioria de militantes e simpatizantes do Partido. "Nos seus Encontros Nacionais, o PT tem reafirmado o papel dos movimentos populares, ao mesmo tempo que tem ressaltado a importância da construção, consolidação e fortalecimento da CMP como um importante instrumento na articulação dos movimentos populares", disse.

Sônia destaca que os movimentos populares devem ser

autônomos de partidos, de parlamentares e prefeituras. "Mas isto não quer dizer que, enquanto petistas, não devemos disputar os rumos políticos nos movimentos e entidades", sublinha, acrescentando: "Quando dizemos que é fundamental organizar o movimento popular, não o fazemos apenas para ser maioria nas entidades. Devemos disputar a hegemonia política nos rumos dos movimentos, já que várias forças políticas, inclusive as de direita, atuam neles. Nesse sentido é que o PT apóia a Caravana a Brasília (como já o fez em 1995) e conchama os militantes petistas a se engajarem nesse evento.

CMP: (011) 288-1694;
SNMP: (011) 224-1906

Grito em defesa da agricultura familiar

O Grito da Terra Brasil 97 foi lançado no último dia 1º de maio. Convocado por diversas entidades representativas do setor rural, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas do Brasil (Capoib), Movimento Nacional dos Pescadores (Monape), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além do apoio de diversas outras entidades, o Grito tem por objetivo sensibilizar os setores urbanos e órgãos governamentais para a realidade do campo brasileiro.

O presidente da Contag, Francisco Urbano, considerou, ao falar para os participantes do ato pelo Dia do Trabalhador em São Bernardo do Campo (SP), que "este Grito vai se espalhar

GRITO DA TERRA BRASIL

por todo o País e será a retomada da mobilização brasileira, com o povo dizendo "Queremos mudanças, reforma agrária já".

Segundo os organizadores do Grito, a defesa da agricultura familiar é um dos eixos centrais das negociações que serão feitas com os governos federal e estaduais. As reivindicações a serem apresentadas são linhas de crédito específicas para investimento e custeio; investimentos na infra-estrutura necessária para viabilizar a produção agrícola; desenvolvimento de programas sociais específicos para a área rural; e ações na área da reforma agrá-

ria que visem não apenas resolver os conflitos existentes, mas também para consolidar a agricultura familiar, democratizando o acesso à terra, gerando empregos e renda no campo.

Os organizadores do Grito pretendem envolver prefeitos, vereadores e deputados estaduais de todo o País nas atividades e, para isso, prepararam, para o dia 13 de maio, debate no Congresso Nacional sobre o tema Agricultura Familiar e Desenvolvimento Municipal. O debate será realizado pela manhã. À tarde, os participantes serão convidados a visitar o Salão dos Povos, espécie de feira onde estarão expostos a realidade de diversos setores rurais, seus problemas, lutas, produtos, entre outros. Para as 16h, está prevista audiência com o ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir.

Contag: (061) 321-2188

Cooperativa é saída para déficit habitacional no DF

Arquivo/DN

O Distrito Federal apresenta um déficit habitacional da ordem de cem mil unidades, envolvendo cerca de um terço da população. Estes dados foram obtidos em levantamento da situação de moradia e infraestrutura urbana de Brasília e cidades-satélites, realizado sob a coordenação do mandato do deputado distrital petista Antônio José Ferreira (Cafu).

Diante de tal quadro, e tendo a premissa de que "é possível a sociedade organizada encontrar, com autonomia, a solução para a habitação popular", os gabinetes de Cafu e do também deputado distrital petista Wasny de Roure desencadearam um processo de animação de discussões com os setores dos movimentos sociais, especialmente os voltados para a moradia. Um rico processo de busca de alternativas apropriadas aos interesses das camadas populares brasilienses.

O primeiro resultado concreto foi a formação da Cooperativa de Consumo e Habitação de Samambaia (Coocohsam), reunindo cem famílias, das quais 25 de desempregados, três com ganhos familiares entre cinco e oito salários mínimos e as demais com receita inferior a R\$ 560,00. Para o deputado Cafu, "neste processo, a casa é apenas o motivo; a organização popular é a razão fundamental".

Na seqüência, até agora, já são 22 as cooperativas habitacionais populares formadas no Distrito Federal, animadas pelos parlamentares petistas. Delas, a da Expansão Samambaia e a do Areal estão constituídas



Experiência soluciona problemas de infra-estrutura urbana

por 800 famílias, cada uma, e a do DNOCS por 120. As demais têm, em média, cem famílias. Isto significa 3.620 famílias organizadas de modo autogestionário, em parceria com organismos do Governo (Democrático-Popular) do Distrito Federal.

Samambaia

As discussões sobre a Cooperativa de Consumo e Habitação de Samambaia começaram a tomar forma em maio e junho do ano passado, sendo a entidade constituída em agosto.

Em outubro, foi construído o primeiro protótipo da casa e iniciada a discussão sobre a formação de um fundo para a capitalização da cooperativa. Ao final, ficou definido que cada família participa da constituição do fundo com o valor de R\$ 700,00 e deve dedicar ao mutirão de construção pelo menos 80 horas por mês.

O início do mutirão ocorreu em 5 de fevereiro deste ano, com a assinatura de convênio de parceria e assistência técnica entre a cooperativa e o Instituto de Desenvolvimento da Habitação (Idhab), do GDF.

Segundo Cafu, os problemas que surgiram foram sendo superados e, com o crescimento da convivência, a disciplina do grupo vem aumentando. Com isto, a inauguração do conjunto habitacional, prevista inicialmente para agosto ou setembro próximo, pode vir a acontecer ainda em junho ou, no máximo, julho. Depois da entrega das casas, as etapas seguintes são a implantação de galerias de águas pluviais, asfalto e urbanização do novo bairro.

Cafu destaca que, mais significativo do que o próprio processo de construção das casas, é a construção de um novo homem e uma nova mulher, com uma concepção de viver mais coletiva, onde se destacam a autodescoberta e a retomada da auto-estima. "O mutirão autogestionado é todo um processo de aprendizagem de administração, de negociação e, principalmente, de experiência de vida", afirma o deputado petista.

Deputado Antonio José Cafu:
(061) 348-8060

Bancada petista protege pequeno produtor rural

Foi aprovada, no último dia 24, pela Câmara dos Deputados – e já sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso – a Lei de Proteção de Cultivares, com o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores. Esta lei, conforme a avaliação dos deputados petistas, é "contrária aos interesses da agricultura brasileira e à soberania nacional".

Pela Lei de Proteção de Cultivares, "qualquer empresa que introduzir melhoras, por meio genético ou cruzamento, em alguma espécie vegetal pode tornar-se proprietária do cultivar obtido". Com isso, só poderá utilizar essa semente quem obtiver autorização, o que poderá incluir alguma forma de pagamento de royalty, o que, "a médio prazo,

certamente vai agregar valor aos preços das sementes, encarecendo-as", conforme avaliação do gabinete da senadora Marina Silva (PT-AC).

Ainda segundo a assessoria da senadora petista, esta Lei torna bastante atraente o mercado de sementes melhoradas, que deverá receber a participação de empresas de outros setores, tornando a atividade mais mercantilizada.

Uma consequência disto, além do aumento do preço final, é a pesquisa nacional ser relegada a segundo plano, com o previsível enfraquecimento da Embrapa, pois esta tende a perder técnicos (atraídos por melhores salários e condições de trabalho) e o conhecimento já acumulado.

Exceção

A articulação da bancada petista no Senado, no entanto, conseguiu introduzir uma exceção na proposta original, ao lado de outra proposta pelo deputado Padre Roque Zimmerman (PT-PR), que resguarda do alcance desta lei os cultivares já existentes.

A exceção beneficia os pequenos produtores rurais ligados a programas de apoio à agricultura familiar, permitindo-lhes multiplicar, comprar e trocar as sementes melhoradas sem o pagamento de royalty. Além disso, a bancada conseguiu ainda introduzir dispositivo vedando a utilização da Lei de Patentes (de caráter industrial) sobre sementes, plantas e partes de plantas.

Senadora Marina Silva:
(061) 311-2181

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP
 C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____
 Sexo: Masc. Fem.
 Filiado ao PT: Sim Não



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
 CEP 01203-002 São Paulo - SP
 Fax (011) 220-2103



AGENDA

MAIO
 9 a 14 - Encontro Setorial de Negros. Maceió (AL)
 12 a 16 - Reunião Paralela ao III Fórum das Américas. Belo Horizonte (MG)
 13 - Debate sobre Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Municipal (atividade do Grito da Terra Brasil 97). Brasília
 29 a 1º de junho - 45º Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE). Belo Horizonte (MG)
 31 e 1º de junho - Seminário Nacional de Formação Política do PT. São Paulo

JUNHO
 6 e 7 - Reunião do Diretório Nacional do PT. São Paulo

9 e 10 - Caravana dos movimentos populares a Brasília.
 11 - Congresso Nacional das Travestis Liberadas. São Paulo

JULHO
 11 a 13 - Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Rio de Janeiro.
 11 a 13 - 4º Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT. Brasília
 15 a 18 - 3º Encontro Intermunicipal de Cultura: *Diversidade Cultural e Globalizações*. Brasília
 18 a 20 - Seminário da Juventude Negra Petista. Angra dos Reis (RJ)
 25 - Dia do Trabalhador Rural
 28 a 5 de agosto - XIV Festival Mundial da Juventude e os Estudantes. Havana (Cuba)
 31 a 3 de agosto - VII Reunião do Foro de São Paulo. Porto Alegre (RS)